



AGU evita gastos de R\$ 1,2 milhão para cofres públicos

A Advocacia-Geral da União conseguiu impugnar na Justiça os cálculos de uma ação movida por 34 servidores contra o extinto Inamps. Assim, economizou R\$ 1.235.403,06 para os cofres públicos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) determinou a liquidação do precatório no valor de R\$ 58.773,28 sugeridos pelo Núcleo Executivo de Cálculos e Perícias, da Procuradoria da União em Goiás, órgão da AGU. Até março deste ano o valor requerido pelos servidores importava em R\$ 1.294.176,34 acrescido de juros de 208%.

A reclamação trabalhista se refere a diferenças salariais do adiantamento do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS) pela URP, no período de fevereiro a outubro de 1988, com reflexos sobre 13º salário, férias, FGTS e gratificações.

Date Created

10/07/2002